

EVANEIDE DE BRITO FEITOSA AGUIAR

*Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Maranhão, IFMA, Campus
Imperatriz, Imperatriz, MA, Brasil.*

WEIMAR SILVA CASTILHO

*Instituto Federal do Tocantins, IFTO, Campus
Palmas, Palmas, TO, Brasil.*

RIVADAVIA PORTO CAVALCANTE

*Instituto Federal do Tocantins, IFTO, Campus
Palmas, Palmas, TO, Brasil.*

MARY LUCIA GOMES SILVEIRA DE SENA

*Instituto Federal do Tocantins, IFTO, Campus
Palmas, Palmas, TO, Brasil.*

*Recebido em setembro de 2020.
Aprovado em dezembro de 2020.*

ATRIBUIÇÕES E REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL

RESUMO

Este artigo tem o objetivo refletir sobre o papel do intérprete educacional, trazendo discussões sucintas no que tange a suas atribuições no Instituto Federal do Maranhão. A metodologia de natureza qualitativa, foi realizada uma pesquisa de campo com quatro profissionais intérpretes e compartilhada uma entrevista pelo Google Forms. Na apuração das respostas e na observação das aulas realizada pela pesquisadora, constatou-se que o intérprete muitas vezes tem sua função confundida. A maioria dos professores desconhece a forma diferenciada de aprendizado dos estudantes surdos, o que dificulta seu desenvolvimento educacional. Propõe-se que cada profissional respeite a função e o papel desempenhados pelo outro, de modo a remediar a ausência de contribuição no processo de ensino-aprendizado dos surdos através de parcerias sociais.

Palavras-Chave: intérprete educacional, inclusão surdo, educação inclusiva.

ATTRIBUTIONS AND REFLECTION ON THE ROLE OF THE EDUCATIONAL INTERPRETER

ABSTRACT

This article aims to reflect on the role of the educational interpreter, bringing succinct discussions regarding their duties at the Federal Institute of Maranhão. The methodology of a qualitative nature, a field research was carried out with four professional interpreters and an interview was shared by Google Forms. When investigating the answers and observing the classes carried out by the researcher, it was found that the interpreter often has a confused role. Most teachers are unaware of the different way of learning of deaf students, which hinders their educational development. It is proposed that each professional respects the role and role played by the other, in order to remedy the lack of contribution to the teaching-learning process of the deaf through social partnerships.

Keywords: educational interpreter, deaf inclusion, inclusive education.

INTRODUÇÃO

As Políticas de Educação Inclusiva no Brasil vêm assumindo cada vez mais destaque nas pesquisas e estudos de vários estudiosos e pesquisadores, com destaque para Bueno (1993), Quadros (2004) e Murniz e Arruda (2007), entre outros. O país tem passado por inúmeras mudanças no que tange ao ensino de forma geral, desde o período em que os estudantes com deficiência eram integrados às escolas apenas para cumprir com as práticas assistencialistas até os dias atuais, quando a educação especial vem assumindo cada vez mais aceitação da pessoa como diferença (MURNIZ; ARRUDA, 2007).

Os primeiros estudos sobre a educação especial no Brasil ocorreram na década de 1960, quando as pessoas com deficiência eram chamadas de “excepcionais”, termo que caiu em desuso - o Ministério de Educação (MEC) hoje utiliza a expressão “portador de necessidades educativas especiais” (PNEE) para reconhecer as necessidades educativas especiais dessas pessoas (MEC/SEESP-1994). Neste artigo será utilizado o termo estudante PNEE, reconhecido pelo Decreto-Lei nº 319/91, que regulamenta a Lei nº 46/89 (LBSE), que dá aos estudantes PNEE o direito à educação na escola regular de ensino. Naquele período, os estudantes PNEE não eram matriculados nas escolas públicas, pois não existiam vagas para essas pessoas. No entanto, a educação era ofertada de duas formas nas redes privadas: a primeira através do atendimento da educação assistencialista, ofertada aos pobres e oferecida em instituições filantrópicas; e a segunda para os ricos, com facilidade de acesso aos serviços de educação e saúde de alto nível (BUENO, 1993).

A inclusão dos estudantes PNEE no ensino regular ganhou força com a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEIRELES; IZQUIERDO; SANTOS, 2007).

O marco da inclusão dos estudantes surdos foi o Decreto nº 5626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Esse decreto propiciou a abertura para a inclusão da Libras nos cursos de Licenciatura e possibilitou a acessibilidade ao estudante surdo, obrigando toda a rede de ensino a oferecer o serviço do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) (BRASIL, 2005).

ALGUNS PRESSUPOSTOS LEGAIS E HISTÓRICOS DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

Os primeiros movimentos com os profissionais intérpretes aconteceram em 1988, com o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Pela primeira vez, foi proporcionado um intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil. Nesse encontro, foram apresentados alguns pressupostos sobre a ética do profissional intérprete. Em 1992, aconteceu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, também organizado pela FENEIS. Mas foi somente em 2002, após a homologação da Lei nº 10.432, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, que o profissional intérprete pôde ser reconhecido (QUADROS, 2004).

Através de lutas, a comunidade surda conseguiu a aprovação da Lei nº 10.432, de 24 de abril de 2002. Em 2005, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou essa norma. Com essa conquista, o surdo é beneficiado com o reconhecimento e a liberdade de uso e expressão de sua Língua. Desde então, o bilinguismo foi reconhecido nas escolas, criando a necessidade da presença de um profissional bilíngue para a tradução dos conteúdos escolares. Nesse momento, surgiu a profissão do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS).

Quadros (2004) relata que, antes do Decreto, os trabalhos realizados nas interpretações eram feitos por voluntários, familiares ou religiosos com o objetivo de evangelização. A profissão de intérprete não era reconhecida. Havia dificuldade para a

contratação de intérpretes profissionais, pois não existia formação específica para a realização desse papel, enquanto o surdo em sala de aula era desassistido.

O Decreto nº 5.626/05, em seu capítulo V, delineia a formação do intérprete por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa, e do profissional ouvinte, também de nível superior, com aprovação em exame de proficiência promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e universitário, reconhecendo o profissional com nível e formação superior (BRASIL, 2005). O mesmo decreto determina a necessidade de as instituições de Ensino Superior oferecerem cursos de Libras e serviços de profissionais intérpretes na rede de ensino, como forma de garantir um ambiente de interação entre estudantes surdos e ouvintes no sistema educacional, além de ampliar as oportunidades do mercado de trabalho, tanto para as pessoas surdas quanto para as pessoas ouvintes interessadas pela temática (BRASIL, 2005).

No entanto, a inclusão do estudante surdo não consiste somente em colocar um intérprete dentro da sala de aula e considerar que está acabado o processo de inclusão. De acordo com Fernandes (2011), são necessários serviços especializados para assegurar a inserção desse estudante, um corpo com profissionais, psicólogos e assistentes sociais, além do intérprete de Libras, o instrutor surdo na escola, classes bilíngues, instituições especializadas e escolas com educação bilíngue.

Diante desse contexto, as legislações citadas visam garantir o direito do estudante surdo ao acesso à escola regular e a disponibilidade do profissional TILS, além da difusão da Libras no âmbito escolar. Prescreve-se que todos os envolvidos nesse processo devem se adequar às normas de inclusão, para que a inserção dos estudantes surdos ocorra de fato e por direito. Baseado nessas referências, este artigo busca investigar se o profissional intérprete cumpre sua verdadeira função na sala de aula em uma escola da rede federal de ensino do Maranhão.

Abordagem reflexiva vygotskyana na atuação do profissional intérprete educacional

Façamos uma reflexão acerca dos pensamentos do psicólogo e filósofo Lev Vygotsky (1896-1934), pioneiro dos estudos do desenvolvimento cognitivo. Ele passou parte de sua vida analisando e pesquisando sobre o sociointeracionismo, e defendia a aquisição do conhecimento histórico e cultural através da interação social (MOREIRA, 1999).

Para Vygotsky, todo o processo mental na aprendizagem da pessoa deve ser entendido historicamente, considerando a aprendizagem resultado das ações realizadas através da interação social. Foi um dos estudiosos do tema do materialismo dialético, isto é, o entendimento dos processos sociais ao longo da história, e do materialismo histórico, sobre as mudanças ocorridas na sociedade. Foi um dos fundadores do Instituto de Estudos das Deficiências em Moscou. Em seus estudos, investigou questões sobre as dificuldades das pessoas com deficiências. Em 1924, publicou Problemas de educação de crianças cegas, surdas-mudas e retardadas (VAN DER VEER; VALSINER, 1996).

Para Vygotsky (1997), o estudante PNEE, como qualquer outro, tem suas limitações na escola. Porém, o método utilizado pelos professores e o tratamento dos colegas causam a segregação no ambiente escolar. Dessa forma, para que o estudante surdo seja inserido, são necessárias ações conjuntas dos professores e vínculos entre escola, pais e colegas da sala de aula. A interação, nesse caso, é essencial, pois é a linguagem que possibilita a socialização das pessoas.

A linguagem é fundamental para o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), que só serão possíveis caso aconteçam por intermédio da dialética sujeito/ sociedade, ou seja, deve ocorrer a socialização (VYGOTSKY, 1991). Nesse contexto, a interação é fundamental para que ocorra o processo de inserção do estudante

surdo, e é necessário o engajamento de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Diante desse cenário, a construção do desenvolvimento cognitivo do surdo se dá através da Libras, e o aprendizado por meio da experiência visual e cultural. Lembremos que, no Brasil, o acesso a uma educação bilíngue que possibilite a inserção escolar do estudante surdo é garantido por lei.

Vygotsky (1991) apresenta como fundamento básico a linguagem. É por meio dela que acontece a interação. Sendo essa a estrutura do pensamento, das ideias e da construção de conceitos, através da linguagem podemos entender o pensamento do outro envolvido no processo de aprendizagem. Para Quadros (2004), o intérprete tem papel fundamental na inclusão do estudante surdo na escola, sendo o principal meio de viabilizar a comunicação do estudante surdo com os ouvintes.

O Decreto 5626/05 regulamenta a formação do profissional intérprete, mas hoje são poucas as instituições de ensino no Brasil que oferecem a formação específica desse profissional. A maioria dos intérpretes possui formação superior de forma geral, mas são poucos os que têm especialização na área de TILS. Muitos possuem nível médio com o curso profissionalizante em Libras (LACERDA; GURGEL, 2011).

Algumas instituições de ensino fazem a contratação do profissional intérprete utilizando o termo professor-intérprete, profissional que executa duas funções distintas, a de professor de Língua de Sinais e a de TILS. No entanto, em muitas instituições onde o cargo consistiria somente na execução da interpretação da Libras, essa terminologia gera conflitos em relação ao papel do TILS e suas atribuições, que em muitos casos confundem a função do trabalho a ser executado (MENDES, 2012).

Em muitos casos, mesmo não usando a nomenclatura professor-intérprete, a função do TILS ainda é confundida com sua real atribuição. Essa falta de informação ocasiona alguns embates, tanto pelos professores quanto pelos próprios estudantes surdos, que responsabilizam os intérpretes pelo processo de ensino-aprendizagem. A fim de evitar equívocos em relação às atribuições dos profissionais intérpretes, a FENEIS confeccionou um código de ética, instrumento para orientar os profissionais na sua atuação. Esse documento é parte integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (QUADROS, 2004).

No documento do código de ética dos TILS, são estabelecidos os seguintes requisitos: caráter moral, honesto, consciente e confiante e equilíbrio emocional, pois guardará informações confidenciais em muitos casos da tradução; imparcialidade; interpretar fielmente com a melhor habilidade; reconhecer o seu próprio nível de competência e ser prudente ao recusar tarefas; e adotar conduta adequada ao se vestir (QUADROS, 2004).

Com relação ao profissional, o código de ética prescreve que ele deve dominar a Libras, e o seu papel principal é apenas traduzir de forma fiel e com fluência para o estudante surdo, favorecendo seu aprendizado. A consciência se faz necessária nessa profissão, pois a tradução incorreta prejudica o surdo na aquisição do conhecimento. Além disso, é preciso que cada um reconheça sua função, não excluindo o fato de que deve haver parceria entre o TILS e o professor.

A profissão de TILS ganhou maior visibilidade quando foi reconhecida pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, e pelo Decreto 5626/05, que regulamentou seu exercício, possibilitando a existência da qualificação adequada para atuação na profissão.

No que diz respeito à qualificação desses profissionais, os Estados Unidos fazem uso de um documento que orienta a atuação da profissão, o Registry of Interpreters to the Deaf (RID). Além da fluência em línguas de sinais, os profissionais precisam ser altamente qualificados. Os intérpretes devem procurar especializar-se por meio de cursos de formação prática e ter noções básicas acerca dos conhecimentos das áreas onde atuarão. Sua prática deve ser aperfeiçoada através de cursos de formação continuada e

treinamentos, inclusive para compreender conceitos e terminologias técnicas. Devem ter aptidão para estabelecer parcerias com a equipe escolar e com jovens na etapa de transição da vida (SANTOS, 2014).

Assim, o profissional intérprete não é somente aquele que traduz de uma língua para outra. Existem vários outros aspectos envolvidos na atuação dessa profissão, além da exigência da qualificação adequada dos profissionais. Sua atuação dentro do ambiente escolar se dá entre inúmeras disciplinas, em diversos meios acadêmicos e em diferentes saberes. Muitas vezes, mesmo com o domínio do conteúdo, os professores não conseguem alcançar o aprendizado dos estudantes, muitos dos quais sentem dificuldades na aquisição do conhecimento. Quando o conteúdo é traduzido para outra língua por um profissional de qualificação diferente do docente regente, deve-se ter cuidado para que faça sentido e o estudante surdo possa compreender o conteúdo.

Portanto, reforça-se a importância de responsabilizar o docente pelas adaptações metodológicas adequadas para alcançar o estudante surdo. Todavia, o professor que domina os conceitos científicos deve ter competência técnica para elaborar procedimentos metodológicos relativos aos conteúdos apreendidos em sala de aula (SANTOS, 2014).

Vygotsky (2005) apresenta dois níveis de desenvolvimento real. No primeiro, a pessoa é capaz de aprender por si própria. No segundo, o aprendizado ocorre com outra pessoa. Neste caso, a educação inclusiva dos estudantes surdos é algo que a maioria dos professores não vivenciou, o que torna essencial a parceria com o intérprete educacional no momento do planejamento das aulas, para minimizar essa distorção.

Algumas pesquisas foram realizadas para averiguar como acontece a relação dos profissionais intérpretes educacionais com os professores em sala de aula. As pesquisas aqui selecionadas não tiveram nenhum destaque em especial, mas são relevantes no que se refere à temática discutida neste artigo. São elas: Leite (2004), Lacerda (2006), Santos e Festa (2014), Oliveira e Benite (2015) e Júnior e Zancanaro (2016).

Leite (2004) apresentou uma análise microetnográfica do trabalho do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva, com o objetivo de identificar o papel exercido por esse profissional. A pesquisa concluiu que o intérprete desempenha diversos papéis em sala de aula além do que é propriamente o seu, como o de professor. Essa afirmação foi constatada através das observações das práticas em sala do intérprete no contexto pesquisado. O autor conclui que é necessário refletir sobre o trabalho do intérprete, seu papel em sala de aula e a qualidade do atendimento educacional ao estudante surdo.

Lacerda (2006) focalizou a experiência de inclusão de estudantes PNEE numa escola regular, com a presença de intérprete de língua de sinais. Foram envolvidos na pesquisa estudantes, professores e intérpretes; estes foram entrevistados e seus depoimentos analisados. O resultado detectou problemas no espaço escolar. Alguns entrevistados desconhecem totalmente as concepções sobre a surdez e suas implicações educacionais. O estudo constatou dificuldades na interação professor/ intérprete, cujos atores desconhecem a real função dos diferentes profissionais envolvidos, assim como problemas nas adaptações curriculares e nas estratégias de aula. A pesquisa percebeu a exclusão do estudante surdo das atividades escolares e visou contribuir para a reflexão sobre as práticas inclusivas envolvendo estudantes surdos, buscando apontar atitudes educacionais responsáveis para esse grupo.

Santos e Festa (2014) também discutiram a relevância da interação do intérprete de Libras e o seu verdadeiro papel em sala de aula. O objetivo da pesquisa foi conhecer o papel desse profissional e sua relação com o estudante surdo. Foram usados como fundamentação teórica os trabalhos de Quadros (2004), Leite (2004), Gesser (2009) e Lacerda e Gurgel (2011). A pesquisa teve caráter qualitativo, com aplicação de questionário para o intérprete e realização de observação das aulas. Os autores concluíram que muitas funções que o intérprete realizava não eram relacionadas ao seu trabalho, tais como: auxiliar o estudante a resolver exercícios, resolver, juntamente

com a coordenação pedagógica, problemas relacionados ao comportamento do estudante e ensinar a Língua de Sinais aos alunos. O estudo concluiu que existe a necessidade de colaboração de outros setores da escola para que o profissional possa atuar em sua área sem sobrecarga de tarefas.

Oliveira e Benite (2015) investigaram a relação entre o intérprete de Libras e o professor de Ciências. Utilizando elementos de uma pesquisa participante, professores e intérpretes foram convidados a participar e narrar suas experiências em Ciências através de diários. Os resultados apontaram que os intérpretes de Libras assumem funções de outros profissionais da escola e reconhecem a carência da formação do professor em relação ao estudante surdo. Os professores de Ciências admitem a importância da inclusão e o papel do intérprete de Libras no processo de ensino-aprendizagem. Os pesquisadores concluíram que o professor de Ciências é o mediador no processo de ensino-aprendizagem e que o intérprete de Libras é o intermediador desse processo.

Júnior e Zancanaro (2016) evidenciaram nas suas pesquisas a atuação do intérprete de Libras em sala de aula com estudantes surdos nas séries iniciais do ensino fundamental, que não possuíam vocabulário fluente em Libras. Os autores buscaram fundamentação teórica nas ideias de Lacerda (2006). A metodologia consistiu na observação e na aplicação de questionário. Quatro pessoas participaram da pesquisa, dois professores e dois intérpretes educacionais. O estudo foi realizado na rede municipal de ensino de Itajaí (SC). Os resultados mostraram que os intérpretes assumiam parte da responsabilidade dos professores e que é preciso repensar o papel e a atuação do intérprete educacional na escola.

Em todas as pesquisas compiladas, observa-se que o intérprete educacional tem sua função confundida. É de fundamental relevância a reflexão sobre o papel desse profissional. Isso ocorrerá quando houver uma aprendizagem colaborativa, valorizando aspectos sociointeracionistas, a experiência de vida e a interação no processo de inclusão (VYGOTSKY, 2005).

Nesse sentido, este artigo tem como meta analisar a interação do TILS com os surdos e com os professores em sala de aula e, através de uma abordagem na perspectiva vygotskyana, fazer uma reflexão acerca da real função deste profissional, partindo da realidade do dia a dia escolar. É notável que o profissional intérprete muitas vezes é confundido na sua função, sobretudo quando lhe é passada a responsabilidade do ensino-aprendizagem do estudante surdo, situação que exige reflexão para o esclarecimento de seu papel.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa relatada neste artigo possui caráter qualitativo, do tipo estudo de caso, e relaciona-se diretamente com a coleta de dados e o estudo de campo, de modo a dar respostas às perguntas “como” e “por quê” (YIN, 2015). A pesquisa teve o objetivo de investigar o trabalho realizado pelos profissionais TILS e seu papel em sala de aula, a relação intérprete educacional/ professores e a causa de algumas situações no âmbito escolar nas quais a função desse profissional gera algumas confusões.

Com relação à coleta de dados, foram feitas uma pesquisa bibliográfica, a observação de aulas e a aplicação de questionários via Google Forms, compartilhados com os profissionais TILS.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede federal de ensino do Maranhão. Participaram quatro profissionais TILS que atuam em sala de aula com estudantes surdos, em duas turmas distintas, uma do terceiro ano do ensino médio integrado do curso de Informática, com uma surda, e outra do primeiro ano do curso subsequente de Eletrotécnica, com um surdo.

Desenvolvimento metodológico

Na primeira abordagem, foram efetuados acompanhamentos durante uma semana no Campus, e realizadas algumas observações acerca dos trabalhos dos intérpretes educacionais, tais como o desempenho dos serviços de interpretação e a relação intérprete/ professores. Nas observações, foram feitas anotações em uma ficha de controle contendo as seguintes variáveis: espaço escolar, iluminação da sala, local onde o intérprete encontrava-se na hora da interpretação durante as aulas, relação intérprete/ professor e recursos metodológicos utilizados durante as aulas como facilitadores ou não para o profissional na interpretação, entre outras.

Com os dados em mãos, foram realizadas as indagações do formulário, de acordo com as orientações do código de ética e a legislação vigente, isto é, o Decreto nº 5626/05, que orienta o trabalho dos TILS. O formulário foi compartilhado com os profissionais através de um link do Google Forms, e teve a finalidade de investigar como eram realizados os serviços dos TILS no instituto, a relação com os professores, seus papéis de atuação e a condução desse serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa utilizou o método de análise de conteúdo baseado nas ideias de Bardin (1977). A investigação das respostas fornecidas pelos profissionais possibilitou uma abordagem geral sobre a realização do trabalho do intérprete educacional, com apoio nas teorias de Vygotsky (2005), que enfatiza a importância da interação social para o desenvolvimento do indivíduo.

As respostas dos profissionais acerca de sua atuação não diferem das pesquisas já realizadas nesse campo. Vygotsky (2008) diz que é preciso estudar as relações concretas entre o pensamento e a linguagem, em múltiplas formas de socialização. Isso diz respeito ao princípio metodológico de que o desenvolvimento deve ser estudado no processo através da interação entre o organismo e o meio em que vive. O autor sugere analisar os fatos sociais no ambiente de desenvolvimento da linguagem.

Os resultados indicam que, mesmo que os intérpretes tenham formação de nível superior em diversas áreas, não possuem formação específica para uma atuação adequada, como bem afirmam Lacerda e Gurgel (2011) sobre a carência de redes de ensino que ofertem a profissionalização adequada para o exercício dessa profissão. No entanto, os profissionais procuram sempre aperfeiçoar-se com cursos profissionalizantes e pós-graduações na área de atuação. Apenas um dos intérpretes possui a formação adequada em Letras-Libras como determina o Decreto 5626/05.

Os profissionais reconhecem que sua função ultrapassa os deveres que lhes cabem e afirmam que os professores utilizam procedimentos metodológicos como o uso de vídeos. No entanto, na observação durante as aulas, percebemos que a maioria desses vídeos não está adaptada com legendas ou janelas com intérprete, o que dificulta a aquisição do conteúdo pelo estudante surdo, que, ao olhar para o intérprete na hora da exibição do vídeo, desvia sua atenção das imagens. Muitos docentes fingem que, com a presença do intérprete, inexistente preocupação em relação a atividades como a utilização de vídeos na sala de aula.

Nas respostas, os intérpretes afirmam, por outro lado, que alguns professores se esforçam para adequar a metodologia e ajudar o surdo. A seguir, com o uso dos termos Intérprete 1 e 2 para resguardar as partes entrevistadas, apresentamos as perguntas e as respostas correspondentes:

Os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores são adequados para a compreensão da realização das interpretações e traduções?

Intérprete 1 - Os professores se esforçam com procedimentos metodológicos como uso de slides, trabalho em grupo para envolver o aluno surdo, mas nem sempre são utilizados estes recursos.

Intérprete 2 - Nem todos fazem as adaptações. Alguns se preocupam.

Com relação às atividades avaliativas, os estudantes surdos são contemplados com adaptações metodológicas de acordo com a necessidade de sua deficiência?
Intérprete 1 - Não. As avaliações são iguais às dos alunos-ouvintes.

Percebe-se que a maioria dos professores não adaptam as atividades para a inserção do estudante surdo, o que dificulta as traduções. O intérprete em função não tem a mesma formação profissional do docente e, conseqüentemente, por vezes os estudantes surdos não são contemplados com o conhecimento repassado, o que cria uma lacuna em seu aprendizado. Na pesquisa realizada com pessoas com deficiência, Vygotsky (1997) afirma que é necessário fazer uma adaptação adequada pelos professores das matérias que irão trabalhar com esse público, pois seu aprendizado é adquirido de forma diferenciada. Se a transmissão do conteúdo acontecer de forma igualitária para todos os estudantes, os estudantes surdos conseqüentemente serão prejudicados.

Nas respostas dos profissionais, percebe-se que eles usam vários recursos para facilitar a transmissão do conteúdo científico, como pedir ajuda aos professores quando têm dúvidas. Isso mostra sua preocupação com o desenvolvimento do aprendizado dos estudantes surdos, mesmo não possuindo uma formação adequada para a função.

A relação dos intérpretes com alguns professores é satisfatória, visto que alguns se preocupam com os estudantes surdos e procuram sempre os intérpretes quando têm dúvidas. Essa relação é significativa para o processo de ensino-aprendizagem dos surdos. Como já assinalamos, a socialização é defendida por Vygotsky (2005), pois é através das interações sociais que o aprendizado se efetiva. Embora a maioria dos professores não conheça a Libras, nas observações realizadas nas aulas, um dos professores demonstrou conhecer o básico da língua de sinais, o que foi perceptível no planejamento de suas aulas para contemplar o estudante surdo.

Mas é preocupante que a maioria dos professores não conheça a Libras ou não demonstre interesse em relação à educação bilíngue do surdo. Conseqüentemente, eles não mantêm um convívio ideal com o intérprete acerca da ajuda mútua para fornecer conhecimento, tirar dúvidas e repassar os conteúdos antecipadamente, de modo que o TILS planeje a utilização dos sinais adequados para os termos científicos que irão ser trabalhados em sala de aula. A maioria dos docentes sequer percebe a presença do profissional, usando avaliações e métodos de forma igualitária para todos os estudantes.

O problema não para por aí. Os intérpretes relataram que fazem uso de algumas funções que o cargo lhes atribui.

Em algum momento você já se sentiu coagido diretamente ou indiretamente a realizar alguma atividade no âmbito escolar fora das suas atividades funcionais? Quais?
Intérprete 1 - Sim. Fazer o acompanhamento de um aluno com cegueira.
Intérprete 2 - Sim. Buscar ou aplicar provas.

Diante do que foi apresentado, os professores não sabem exatamente como estreitar a relação com o profissional intérprete de Libras, e muitos não têm a preocupação de desenvolver métodos para incluir os estudantes surdos, nem conhecem a real função do intérprete educacional. Esses docentes lhe atribuem algumas responsabilidades que não são as suas, ou não adequam as atividades desenvolvidas em sala de aula para contemplar os estudantes surdos. Quadros (2004) salienta a importância da presença do profissional intérprete, mas esse não deve ser o único recurso para a inserção dos estudantes surdos, nem sua função pode ser confundida.

Ressalta-se que, juntos, os professores e intérpretes devem buscar meios que possam favorecer o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes surdos, cada um no seu papel, não interferindo na função do outro e respeitando as respectivas atribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou a realização dos trabalhos desempenhados pelos intérpretes educacionais em uma Instituição Federal de Ensino no nível médio.

Identificamos a ocorrência de vários problemas em relação à atuação desses profissionais no confronto com as teorias de Vygotsky, que defende que a aprendizagem seja adquirida através da sociabilidade. A pesquisa identificou uma lacuna no que diz respeito à socialização entre os agentes envolvidos. Entre os professores e os intérpretes, existe um conflito acerca das funções desempenhadas, que acaba atingindo o estudante surdo. Por desconhecerem os aspectos da cultura e da língua que os surdos usam, os docentes não se preocupam com a adequação das metodologias utilizadas para contemplar esse público.

Vista desta forma, a educação inclusiva do surdo é muito mais complicada do que se imagina. Não se trata somente de contratar um profissional para exercer a inclusão. Além do cumprimento das políticas públicas pelos estabelecimentos de ensino, é necessário que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos estejam engajados. Nesse sentido, a escola deveria preparar seu corpo docente para receber esse público através de capacitações, reuniões e esclarecimentos acerca da surdez e suas diferenças na aquisição de aprendizado.

REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (Orgs.). Libras em estudo: tradução/interpretação. São Paulo: FENEIS, 2012.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: edições, v. 70, 1977.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decretod5626.htm>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> >. Acesso em: 24 mar. 2020.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. EDUC-Editora da PUC-SP, 1993.
- ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 4, n. 4, 2006.
- FERNANDES, S. Educação de surdos. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.
- GESSER, Audrei. Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Parábola Ed., 2009.
- Interpreting, 2010. Disponível em: <<http://www.rid.org/interpreting/Standard%20Practice%20Papers/index.cfm>>. Acesso em: 1º mar. 2020.
- JUNIOR, Luiz Antonio Zancanaro; ZANCANARO, Tatiane Maria Lui. A atuação dos intérpretes de Libras com educandos surdos no ensino fundamental. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 83-94, 2016.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 17, n. 3, p. 481-496, 2011.
- LEITE, Emeli Marques Costa. Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- MEIRELES-COELHO, Carlos; IZQUIERDO, Teresa; SANTOS, Camila. Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. In: CONGRESSO DA SPCE: EDUCAÇÃO PARA O SUCESSO: POLÍTICAS E ACTORES. 9., 2007. Actas [...]. Funchal: SPCE, 2007. p. 178-189.
- MENDES, Regina Maria Russiano. Afinal: intérprete de Língua de Sinais, intérprete de Língua de sinais, intérprete educacional, professor intérprete ou auxiliar? O trabalho de intérpretes na logica inclusiva. In: ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (Orgs.). Libras em estudo: tradução/interpretação. São Paulo: FENEIS, 2012.
- MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora pedagógica e universitária, 1999
- MUNIZ, Eray Proença; ARRUDA, EE de. Políticas públicas educacionais e os organismos internacionais: influência na trajetória da educação especial brasileira. HISTEDBR on line. Campinas, n. 28, p. 258-277, 2007.
- OLIVEIRA, Walquíria Dutra; BENITE, Anna M. Canavarro. Estudos sobre a relação entre o intérprete de LIBRAS e o professor: implicações para o ensino de ciências. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 597-626, 2015.
- p. 141-168.
- QUADROS, Ronice Müller. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: SEESP, 2004.
- REGISTRY OF INTERPRETERS FOR THE DEAF. An Overview of K-12 Educational
- SANTOS, Lara Ferreira dos. O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações. 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SANTOS, Luciene; FESTA, Priscila. A relação do intérprete de Libras e o aluno surdo: um estudo de caso. Revista Ensaios Pedagógicos, Curitiba, n. 7, 2014.
- VAN DER VEER, Rene; VALSINER, Jaan. Vygotsky: uma síntese. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de defectologia. Obras Escogidas, v. 1. Madri: Visor, 1994.
- VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2005.
- VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.